

A contribuição socioeconômica das cooperativas agroindustriais do Oeste do Paraná¹

The socio-economic contribution of agribusiness cooperatives in western Paraná

*Paulo César Ilha²
Edison Luiz Leismann³
Ricardo Rippel⁴*

Resumo: Este trabalho, apresenta uma análise quantitativa da contribuição socioeconômica das cooperativas agroindustriais do Oeste do Paraná para com os seus respectivos municípios sedes, envolvendo a cooperativa Copagrill de Marechal Cândido Rondon, cooperativa Lar de Medianeira, CVale de Palotina, Coopavel de Cascavel e Coopacol de Cafelândia. Encontrou-se correlação positiva moderada para três delas, correlação positiva fraca para uma delas e para outra, correlação negativa fraca. Com essas perspectivas de análise, concluiu-se que as cooperativas analisadas podem buscar melhorias na sua gestão para fazerem frente às novas exigências de competitividade no mercado, satisfazendo melhor seus cooperados e contribuindo mais com o crescimento dos municípios sedes em que estão inseridas.

Palavras-chave: Cooperativa; Contribuição Socioeconômica; Desenvolvimento Regional.

Abstract: This paper presents a quantitative analysis of the socio-economic contribution of agribusiness cooperatives in western regions to their respective municipal offices, involving the cooperative Copagrill of Marechal Cândido Rondon, a cooperative Lar of Medianeira, CVale of Palotina, Coopavel of Cascavel and Coopacol of Cafelândia. A positive correlation was found for three of them moderate, weak positive correlation to one another and, weak negative correlation. With these analytical perspectives, it was concluded that the cooperatives analyzed can seek improvements in its management to do before the new demands of market competition, better satisfying their partners and contributing more to the growth of the cities where offices are located.

Key-words: Cooperative; Contribution Socioeconomic; Regional Development

JEL: P13.

Introdução

A ideia de cooperativismo surgiu em meio às grandes transformações promovidas pela revolução industrial no século XVIII, principalmente pelo surgimento da classe operária e do fortalecimento do capitalismo. Como uma das alternativas para a melhoria da qualidade de vida do operariado e da necessidade de se adaptar às condições capitalistas de produção, surge a necessidade das pessoas se unirem diante das suas limitações econômicas, sociais e até mesmo humanas. Dessa

¹ Artigo recebido em agosto de 2011 e aprovado em novembro de 2011.

² Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Administrador de Empresas. Coordenador, Professor e Orientador de Estágios do curso de Administração da UNIFASS - Marechal Cândido Rondon. Professor Colaborador da UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon. E-mail: paulocesariilha@yahoo.com.br

³ Administrador pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Mestre em Administração/Finanças de Empresas pela Universidade Federal da Paraíba. Doutor em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa. Pós-Doutor em Administração/Finanças pela UFPE. Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: eleismann@gmail.com.br

⁴ Doutor em demografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Pesquisador do Grupo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (GEPEC). E-mail: ricardorippel@yahoo.com.br

união é que surgiram as primeiras ações em relação à busca de novas formas de relacionamento social e econômico, que fez nascer o cooperativismo (PINHO 1982).

A preocupação da cooperativa para com a comunidade onde está inserida faz parte do ideário cooperativista desde suas primeiras formulações, porém mais tarde ficou definido no seu sétimo princípio, “Interesse pela comunidade - As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros”, (OCB, 2011). Com isso, os membros das cooperativas devem aprovar políticas especiais com o objetivo fundamental de contribuir para o desenvolvimento sustentável de suas respectivas comunidades. Pois não é possível ser uma cooperativa com bom desempenho econômico sediada em uma comunidade com grandes problemas sociais. Este princípio apareceu mais recentemente para o cooperativismo em 1995, quando do congresso da ACI realizado em Manchester, Inglaterra.

Para o autor (ILHA, 2008, p. 32), existe uma dicotomia entre o pensar cooperativista e o agir, e, se a cooperativa quiser de fato melhorar as condições para seus cooperados e para a comunidade onde está inserida, esta, então, não pode ficar isolada, entendendo que é capaz de se estabelecer e desenvolver num mercado cada vez mais competitivo e globalizado. Por sua vez cabe também aos cooperados e às pessoas da comunidade não ficarem à margem das discussões sobre esses assuntos, pois o entendimento comunitário poderá trazer melhorias significativas para a qualidade de vida a todos, já que as ações da cooperativa afetam todas as pessoas, direta ou indiretamente.

Diante do exposto e em decorrência das modificações recentes na economia, pergunta-se: - Contemporaneamente, as cooperativas agroindustriais do Oeste do Paraná geram desenvolvimento socioeconômico capaz de sobreviverem de acordo com os novos e mais rigorosos padrões de eficiência e de concorrência e contribuem para o desenvolvimento regional?

Em termos gerais, a hipótese central do trabalho é a de que as cooperativas agroindustriais sediadas no Oeste do Paraná estejam, gerando desenvolvimento econômico e social e contribuindo fortemente para o desenvolvimento econômico regional.

Após esse introdutório, no capítulo 2, apresenta-se as argumentações de fundamentação teórica que dão sustentação ao trabalho.

Na seqüência a metodologia a ser empregada, capítulo 3, baseia-se em fórmulas matemáticas que possibilitem quantificar os indicadores socioeconômicos e de desenvolvimento regional que atendam aos objetivos da pesquisa e darão respostas à hipótese.

Já no capítulo 4, serão apresentados e analisados os resultados encontrados na sistematização quantitativa dos dados de forma que possam oferecer informações capazes e suficientes para confirmar ou rejeitar a hipótese.

Por último, na conclusão, capítulo 5, apresentar-se-á considerações a respeito do que foi encontrado através deste estudo e serão sugeridas algumas ações e mudanças que possam contribuir com o cenário analisado.

O trabalho se justifica porque apresenta condições de compreender de modo mais abrangente o desenvolvimento e a evolução das cooperativas através de indicadores que permitam medir sua eficiência. Se elas são eficientes são capazes de gerar maior desenvolvimento regional. Isso porque o empreendimento cooperativista é uma forma organizacional que pode propiciar uma série de vantagens, tanto para

produtores rurais cooperados como para a sociedade em que o empreendimento se localiza.

A eficiência em cooperativas poderá decorrer da forma de gestão organizacional que elas vierem a adotar, que possa permitir maior distribuição de resultados, e do fato de que as cooperativas venham a ser um agente que poderia conseguir estabelecer níveis mais favoráveis de renda com a agregação de valores a todos.

Com este enfoque, aprofundam-se as bases conceituais, gerando uma capacidade de observação do desenvolvimento regional e do fenômeno do desenvolvimento socioeconômico das cooperativas, para a aplicação dos objetivos a que se propõe este estudo.

Sendo que o objetivo central deste trabalho é o de apresentar através de uma metodologia de análise quantitativa, o desenvolvimento socioeconômico das cooperativas singulares agroindustriais sediadas no Oeste do Paraná, no período dos últimos 10 anos e suas contribuições para o crescimento dos municípios onde estão localizadas suas sedes.

2. A Fundamentação Teórica

A contribuição socioeconômica das cooperativas está ligada à tomada de decisões que seus dirigentes efetuam em sua administração. Por isso, há necessidade de dados, de informações corretas, de subsídios que contribuam para a tomada de decisão, especialmente no que concerne a decisões como: comprar ou alugar uma máquina, definir preço de um produto, contrair uma dívida a longo ou curto prazo, quantidade de material para estoque, reduzir custos, produzir mais, fazer investimentos, aumentar o número de funcionários, aumentarem o número de cooperados e assim por diante.

Essas decisões devem ser tomadas com base, não só nas demonstrações financeiras, contidas num relatório emitido anualmente pelas cooperativas, mas também, com base em uma gestão estratégica eficiente que leva em conta os interesses dos cooperados e das comunidades onde estão inseridas as cooperativas.

2.1. O Crescimento Empresarial das Cooperativas

Além dos vários aspectos mencionados até então, considerando principalmente as questões doutrinárias e os princípios cooperativistas que favorecem ou atrapalham uma possível gestão estratégica das cooperativas, é válido também, e se faz necessário, preocupar-se com as questões puramente empresariais de uma cooperativa, no caso, a abordagem de crescimento empresarial.

2.1.1. A Medida do Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido evidencia recursos dos proprietários (dos cooperados, no caso das cooperativas), aplicados na cooperativa (ASSAF NETO, 2008). A

aplicação inicial dos proprietários (a primeira aplicação) denomina-se, contabilmente, capital. Como existe, nessas cooperativas analisadas, uma contínua aplicação de capital pelos cooperados, através de retenção de parte da produção entregue na cooperativa, tem-se um acréscimo permanente de capital por esse meio. Porém é muito comum ouvir, em algumas cooperativas, que não se deve cobrar nenhuma taxa do produtor por desviar a safra e vendê-la a outra empresa.

A outra possibilidade de capitalização é através da subscrição de capital pelos cooperados. Neste ponto é que se encontram as maiores resistências. As maiores e melhores cooperativas têm dificuldade para cobrar, dos novos cooperados, uma taxa de capital compatível com os benefícios que a cooperativa oferece e no nível adequado que reflita tudo o que se construiu ao longo do tempo. Para essa dificuldade, ocorre quando as cooperativas solicitam a seus cooperados nova subscrição de capital ao longo do tempo, via de regra a maioria dos cooperados não entende e não aceita contribuir com mais capital por causa da experiência prévia de não receber um retorno direto e proporcional ao capital investido.

O Patrimônio Líquido não é, porém, acrescido só com novos aumentos de capital voluntário dos cooperados, mas também, e isto é mais comum, com os rendimentos resultantes do capital aplicado. Este rendimento denomina-se de “lucro” numa sociedade não cooperativa, enquanto numa cooperativa o lucro se denomina “sobras”.

Aceita universalmente essa tese, os excedentes das cooperativas passaram a denominar-se “sobras”. E a contabilidade cooperativa substituiu a tradicional expressão de “lucros e perdas”, pela de “sobras e perdas”. E todas as cooperativas do mundo inteiro, de qualquer categoria ou tipo, passaram a adotar essa nomenclatura (PINHO, 1976).

Essas sobras (resultantes da atividade operacional da cooperativa, obviamente, pertencem aos cooperados, que investiram parte na própria empresa) são alocadas para remunerar o capital investido, até 12% no caso das cooperativas (Lei Federal nº. 5.764/1971) parte poderá servir para aumento de capital, capitalizados em nome do próprio cooperado. Muitas vezes, parte das sobras é destinada para fundos de investimento e desenvolvimento, além de que, obrigatoriamente, parte vai para fundos legais, conforme determinam os estatutos, e, finalmente, uma parte é distribuída para os donos do capital em moeda corrente ou até mesmo em mercadorias. Todas essas decisões devem, é claro, estar referendadas pela assembléia geral ordinária, que serve principalmente para a prestação de contas da cooperativa.

Toda a parte acumulada, com exceção da distribuída em espécie aos cooperados, é adicionada ao Patrimônio Líquido. Dessa forma, as aplicações dos cooperados em capital vão crescendo.

A questão toda é o quanto deve ser retido pela cooperativa para assegurar que o negócio progrida e o quanto deve ser repassado aos cooperados? Gerar sobras expressivas, que poderão ser distribuídas ou mantidas como capital próprio, ou cobrar taxa apenas condizentes com a estrutura de custos?

Essas questões devem ser discutidas e a decisão a ser tomada passa pela análise dos elementos essenciais que compõem as finanças de uma cooperativa. É lógico que esse tipo de organização deve primar pela sua finalidade precípua de promoção do desenvolvimento socioeconômico de seus integrantes.

2.1.2. O Ativo Permanente

O grupo do ativo permanente, conforme o próprio nome sugere, abriga aplicações feitas pela cooperativa com características de permanente, como, por exemplo, as participações em outras empresas, as aquisições de equipamentos de produção e os gastos com projetos que contribuirão para formação de resultados em exercícios futuros. O ativo permanente subdivide-se em investimentos (participações permanentes em outras sociedades, direitos não classificados no ativo circulante), imobilizado (veículos, imóveis e terrenos, máquinas e equipamentos, móveis e instalações e outros), depreciações, amortizações e exaustões, e ativo diferido (SILVA, 2004).

2.1.3 A Apuração do Faturamento Bruto

A receita operacional bruta muitas vezes aparece também com a denominação de vendas brutas, representando, portanto, o Faturamento Bruto da cooperativa. As vendas de uma cooperativa podem ocorrer durante todo o ano e o preço unitário da venda de determinado produto pode variar ao longo do próprio exercício social em decorrência de vários fatores (SILVA, 2004, p. 67).

O exercício social tem duração de um ano e a cada exercício será apurado o resultado do período, isto é, se deu lucro ou prejuízo (sobras ou perdas), portanto em cada final de período todas as despesas e receitas são transferidas para a Demonstração do Resultado do Exercício, que, em cooperativas, chama-se de “Demonstrações de Sobras ou Perdas”, que, na verdade, na apuração contábil é a mesma.

Ao fim de cada exercício social, conforme disposição da lei, a contabilidade da cooperativa elabora, entre outras demonstrações, a Receita Bruta ou a Receita Operacional Bruta ou ainda o Faturamento Bruto (MARION, 1997).

Todavia, a Receita Bruta constitui a venda de produtos e subprodutos (na indústria), de mercadorias (no comércio) e de prestação de serviços (empresa prestadora de serviços), incluindo todos os impostos cobrados do comprador e não excluindo as devoluções de mercadorias (ou produtos) e os abatimentos concedidos pelas mercadorias (ou serviços) em desacordo com o pedido.

O objetivo em informar a Receita Bruta, incluindo aspectos tais como devoluções, abatimentos, etc., é que o usuário externo das Demonstrações Financeiras terá acesso a esses dados (no item deduções) que, sem dúvida, são valiosos indicadores de crescimento, da eficiência ou ineficiência dos departamentos de produção e venda.

Segundo Silva (2004), a Receita é considerada realizada e, portanto, passível de registro pela contabilidade, quando produtos ou serviços produzidos pela entidade são transferidos para outra entidade ou pessoa física com a anuência destas e mediante pagamento ou compromisso de pagamento especificado perante a entidade produtora. Fica, portanto, claro que o reconhecimento da receita não está associado somente quando do recebimento do valor correspondente, devendo a mesma ser reconhecida na transferência dos produtos ou serviços independentemente de o comprador efetuar o pagamento à vista ou a prazo.

Assim, depois de ter realizado uma apresentação de aspectos relacionados ao crescimento de uma cooperativa, apresenta-se, no próximo capítulo, uma abordagem

sobre os indicadores de crescimento econômicos dos municípios onde estão localizadas as sedes das cooperativas estudadas, conforme segue.

2.2 Os Indicadores de Crescimento Econômico Municipal

Para a compreensão efetiva da proposta de buscar formas de mensurar o crescimento dos municípios, através de indicadores que possam contemplar uma melhor avaliação, optou-se pelos seguintes indicadores que são amplamente conhecidos e divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011):

a) A medida do Produto Interno Bruto (PIB) é a soma, em valores monetários, de todos os bens produzidos nos três setores da economia (agropecuário, industrial e de serviços) no período de tempo de um ano, compreendendo impostos sobre produtos, valor adicionado a preços básicos, consumo pessoal, consumo do governo, formação bruta de capital fixo, variação de estoques, exportações e importações de bens e serviços;

b) A medida do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* é o valor final de bens e serviços produzidos num país, região ou município num dado ano, dividido pela população desse mesmo ano. Essa mensuração não é a mais adequada para se medir o bem-estar das pessoas, principalmente quando se analisa o caso brasileiro, por causa da deformação gerada pelas altas taxas de concentração da renda. Nesse caso, os resultados são indicativos que permitem verificar o potencial de consumo, principalmente em relação à renda disponível das pessoas para exercer esse importante fator de desenvolvimento econômico;

c) A geração de Impostos é uma variável da medida do crescimento econômico. Crescendo mais, gera-se mais receita e, conseqüentemente, aumenta-se (teoricamente) o volume de impostos arrecadados numa economia. Quando se busca o comparativo, entre o montante de impostos gerados de todos os municípios, analisados com o volume de impostos gerados por uma única empresa, o que se quer demonstrar é o quanto esta empresa é importante para o bem-estar dessas comunidades. A metodologia completa do IBGE inclui: impostos ligados à produção, imposto sobre importação, imposto sobre exportação, imposto sobre serviços, impostos sobre folha de pagamento, impostos sobre renda e propriedade, contribuições aos institutos oficiais de previdência, contribuições previdenciárias do funcionalismo público;

d) O emprego é a força de trabalho que permite avaliar as flutuações e a tendência, a médio e a longo prazo, do mercado de trabalho, nas suas áreas de abrangência, constituindo um indicativo ágil dos efeitos da conjuntura econômica sobre esse mercado, além de atender a outras necessidades importantes para o planejamento socioeconômico do município. A condição de as pessoas estarem ocupadas, trabalhando regularmente, é uma das funções mais importantes de uma sociedade, pois a ocupação vai incidir diretamente na qualidade de vida das pessoas, diminuindo significativamente as incidências da criminalidade, de doenças e da intervenção do Estado em programas assistenciais. O emprego é um indicativo que abrange informações referentes à condição de atividade, condição de ocupação, rendimento médio nominal real, posição na ocupação, posse de carteira de trabalho assinada, entre outras, tendo como unidade de coleta os domicílios.

3. Metodologia

Este trabalho científico se utilizou do método dedutivo por buscar apresentar evidências que estão contidas em um estudo de cooperativas. A investigação examinou a temática sobre a contribuição socioeconômica de cooperativas agroindustriais do Oeste do Paraná, como alternativas de gerar maior desenvolvimento econômico regional.

3.1 O Crescimento Socioeconômico das Cooperativas

Para a mensuração da categoria de análise “Crescimento Socioeconômico das Cooperativas”, a escolha recaiu sobre a verificação da evolução de cinco fatores socioeconômicos no período analisado pela pesquisa, compreendendo: o Patrimônio Líquido, o Ativo Permanente, o Faturamento Bruto, o Número de Funcionários e o Número de Cooperados.

Para apresentar comparativamente a evolução desses dados quantitativos, foi criado o “Indicador de Crescimento Socioeconômico das Cooperativas⁵” (ICC), apresentado pela seguinte equação:

$$ICC = \sum_1^n \text{Valor Taxas dos Fatores}$$

Para obtenção desse indicador, primeiro se calcula a taxa de crescimento anual de cada um dos fatores já mencionados. Essas taxas são calculadas, conforme Corrar, Paulo & Dias Filho (2007) a partir da próxima equação, tomando-se o valor do período atual menos o valor do período anterior, dividido pelo valor do período anterior. A taxa é apresentada como crescimento percentual a partir do segundo ano dos dados coletados.

$$\text{Taxa}_{\text{crescimento de cada fator}} = \frac{\text{Fator}_t - \text{Fator}_{t-1}}{\text{Fator}_{t-1}} \cdot 100$$

Conforme os mesmos autores; após o cálculo da taxa para cada ano, calcula-se a média de cada fator ao longo da série, para cada cooperativa, a partir da próxima equação:

$$\text{Média}_{\text{taxas crescimento de cada fator}} = \frac{\sum_1^n \text{Taxa crescimento do fator}}{n-1}$$

3.2. Os Indicadores de Crescimento Econômico Municipal

A identificação do nível de crescimento de uma região pode ser conseguida de várias maneiras, utilizando-se diversos critérios de julgamento. Optou-se pelos indicadores mencionados no quadro a seguir, pelo seu caráter didático, prático, eficiente e de relativa facilidade de aplicação.

Quadro 1 – Indicadores de crescimento econômico municipal

Fatores de Crescimento de uma região

⁵ O Indicador de Crescimento Socioeconômico das Cooperativas foi criado pelo autor da pesquisa, se utilizando de fatores apresentados na literatura acadêmica.

PIB
PIB <i>per capita</i>
Impostos Gerados
Empregos

Fonte: A partir de informações do IBGE (2011).

Na adoção dos indicadores mensuráveis de crescimento, será possível a constatação da existência de crescimento dos municípios sedes onde estão localizadas as cooperativas estudadas.

Na busca de evidenciar esta análise optou-se por criar o “Indicador de Crescimento Municipal”⁶ (ICM), apresentado na próxima equação:

$$ICM = \sum_i^n \text{Valor Taxas dos Fatores}$$

Para obtenção desse indicador, primeiro se calcula a taxa de crescimento anual de cada um dos fatores já mencionados. Essas taxas são calculadas, conforme Corrar, Paulo & Dias Filho (2007) a partir da próxima equação, tomando-se o valor do período atual menos o valor do período anterior, dividido pelo valor do período anterior. A taxa é apresentada como crescimento percentual a partir do segundo ano dos dados coletados.

$$\text{Taxas}_{\text{cada fator}} = \frac{\text{Fator}_t - \text{Fator}_{t-1}}{\text{Fator}_{t-1}} \cdot 100$$

Conforme os mesmos autores; após o cálculo da taxa para cada ano, calcula-se a média de cada fator ao longo da série, para cada cooperativa, a partir da próxima equação:

$$\text{Média}_{\text{taxas crescimento de cada fator}} = \frac{\sum_i^n \text{Taxa crescimento do fator}}{n-1}$$

Na busca de comprovação da participação das cooperativas estudadas no crescimento dos municípios onde estão localizadas suas sedes, utilizou-se do coeficiente de correlação⁷ entre os indicadores de crescimento das cooperativas (ICC) com os indicadores de crescimento dos municípios (ICM).

3.3. A Correlação dos Indicadores (ICC), com o (ICM)

O coeficiente de correlação irá medir o grau e a direção dessa correlação – se positiva ou negativa entre as variáveis ICC e ICM. Este coeficiente representado por “r” assume valores entre -1 e 1, conforme apresentado no quadro a seguir, sendo que:

Quadro 2 – Coeficiente de correlação

Valores em r	Grau de significância
--------------	-----------------------

⁶ Criado pelo autor com base nos dados obtidos pelo IBGE.

⁷ A correlação, no caso, é a medida padronizada da relação entre duas variáveis. A de crescimento das cooperativas Copagrill, Lar, Cvale, Coopavel e Coopacol e a variável de crescimento dos municípios de Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Palotina, Cascavel e Cafelândia no Oeste do Paraná.

$r = 1$	Significa uma correlação perfeita positiva entre as duas variáveis.
$r = -1$	Significa uma correlação negativa perfeita entre as duas variáveis – Isto é, se uma aumenta, a outra sempre diminui.
$r = 0$	Significa que as duas variáveis não dependem linearmente uma da outra. No entanto, pode existir uma dependência não linear. Assim, o resultado $r = 0$ deve ser investigado por outros meios.

Fonte: A partir de informações de Spiegel (1993).

Assim, ainda segundo Spiegel (1993), o coeficiente a ser utilizado para análise será o de correlação de Pearson⁸. Calcula-se conforme a próxima equação:

$$r = \frac{\sum_{i=1}^n (X_i - \bar{X})(Y_i - \bar{Y})}{\sqrt{\sum_{i=1}^n (X_i - \bar{X})^2} \times \sqrt{\sum_{i=1}^n (Y_i - \bar{Y})^2}}$$

E conforme se desdobra o modelo, segundo o mesmo autor, vê-se que X_1, X_2, \dots, X_n e Y_1, Y_2, \dots, Y_n são os valores medidos de ambas as variáveis. Para, além disso, serem as médias aritméticas de ambas as variáveis, apresentadas na próxima equação:

$$\bar{X} = \frac{1}{n} \times \sum_{i=1}^n X_i \quad \text{e} \quad \bar{Y} = \frac{1}{n} \times \sum_{i=1}^n Y_i$$

Na interpretação do coeficiente de correlação das variáveis, entender-se-á que quanto maior o valor de “r” (positivo ou negativo), mais forte a associação. No extremo, se $r=1$ ou $r=-1$ então todos os pontos no gráfico de dispersão caem exatamente numa linha reta. No outro extremo, se $r=0$ não existe nenhuma associação linear.

Desta forma, o próximo quadro fornece um guia de como se poderá descrever uma correlação em palavras dado o valor numérico:

Quadro 3 – Interpretação da correlação entre ICC e ICM

Valor de r (+ ou -)	Interpretação
0,00 a 0,19	Uma correlação bem fraca
0,20 a 0,39	Uma correlação fraca
0,40 a 0,69	Uma correlação moderada
0,70 a 0,89	Uma correlação forte
0,90 a 1,00	Uma correlação muito forte

Fonte: A partir de informações de Spiegel (1993).

Tomado todos esses procedimentos metodológicos apresentados, os resultados obtidos na investigação podem evidenciar uma resposta ao problema a ser investigado.

3.4. A Amostragem

⁸ Mede o grau da correlação (e a direção dessa correlação - se positiva ou negativa) entre duas variáveis de escala métrica (intervalar ou de razão/razão) Spiegel (1993).

A amostragem adotada no trabalho será a do modelo não-probabilística do tipo por tipicidade ou intencional, pois serão investigadas somente as cinco cooperativas agroindustriais do Oeste do Paraná, ou seja: a Cooperativa Agroindustrial Copagril (de Marechal Cândido Rondon), Cooperativa Agroindustrial Lar (de Medianeira), a Cooperativa Agroindustrial CVale (de Palotina), a Cooperativa agroindustrial Coopavel (de Cascavel) e a Cooperativa Agroindustrial Consolata – Coopacol (de Cafelândia).

Segundo Gil (1999), este tipo de amostragem consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis e no conhecimento preexistente do pesquisador, possa ser considerado representativo e suficientemente capaz de atender aos preceitos estabelecidos na pesquisa.

3.5. O Levantamento de Dados

O período de análise e a categoria foram padronizados para todas as cooperativas e no mesmo espaço de tempo de 10 anos, ou seja, do ano de 1999 a 2008.

A referência tomada com 10 anos, deve-se ao fato de que as cooperativas amostradas só se configuraram plenamente, no seu conjunto, quando elas passaram a ter um perfil de agroindustriais exportadoras, isto acontecendo a partir do final da década de 1990. Outro aspecto importante configurado foi o de que os municípios sede dessas cooperativas sofreram um processo de desmembramento de seus espaços regionais significativos na mesma década.

O período de análise dos indicadores de crescimento dos municípios sedes das cooperativas, foi tomado entre 1999 a 2008, mesmo período de análise das cooperativas, obtidos com a fonte de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Os dados das categorias para mensuração do crescimento das cooperativas (ICC), foram levantados a partir dos demonstrativos financeiros publicados nos relatórios da diretoria das cooperativas selecionadas pela amostra.

E por fim, a correlação realizada entre o ICC e ICM foi obtida através de informações produzidas anteriormente pela própria pesquisa, com utilização de instrumentos estatísticos comprovadamente aceitos e conhecidos pela literatura acadêmica.

4. Apresentação e Análise dos Resultados

Após a definição dos métodos que serviram de base para a coleta de dados da pesquisa, passa-se a apresentá-los de modo sistemático de maneira a oferecer informações analíticas para confirmar ou rejeitar a hipótese. Nesta direção apresentam-se fatores e elementos referentes a cada uma das cooperativas sob análise.

4.1. As Taxas Anuais de Crescimento das Cooperativas (ICC)

A utilização dos cinco fatores de crescimento determinados para esta pesquisa, apresentados nos procedimentos metodológicos, indica o crescimento de cada cooperativa no período analisado considerando os resultados na próxima tabela.

Tabela 1 – Taxas médias anuais de crescimento das cooperativas - ICC

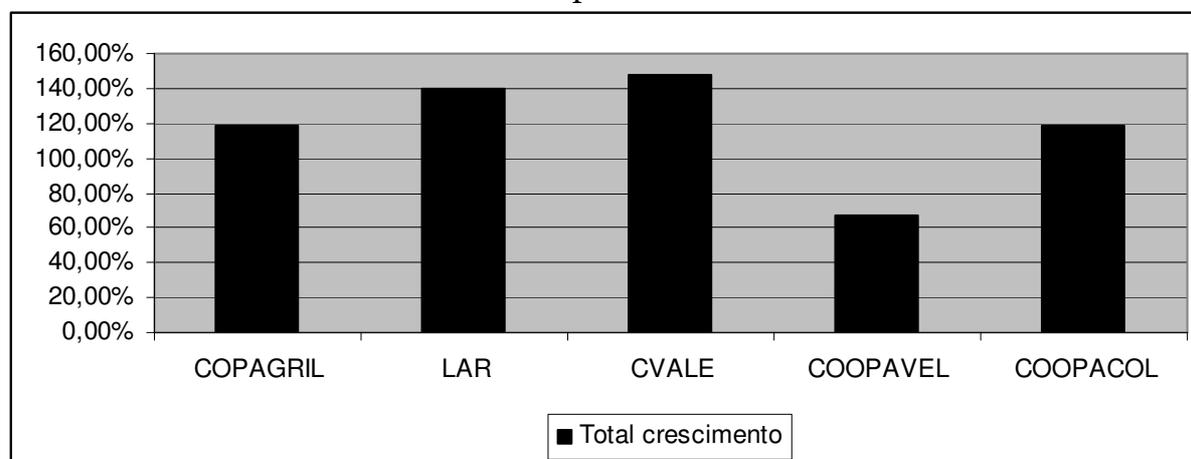
Ano	Copagril	Lar	Cvale	Coopavel	Coopacol
2000	-1,79%	19,31%	7,50%	0,85%	1,45%
2001	-1,14%	19,18%	23,79%	9,91%	9,74%
2002	8,91%	16,92%	23,61%	13,11%	22,23%
2003	15,67%	24,83%	26,02%	9,17%	14,53%
2004	25,25%	20,31%	21,50%	11,17%	16,97%
2005	33,38%	10,92%	17,16%	2,28%	11,96%
2006	7,24%	2,41%	-3,93%	-7,71%	4,03%
2007	19,91%	9,13%	16,61%	14,33%	18,07%
2008	11,42%	16,78%	15,32%	13,94%	20,19%
Total crescimento	118,86%	139,78%	147,59%	67,04%	119,16%

Fonte: A partir de Relatórios Anuais da diretoria das cooperativas (1999 a 2008).

Observa-se através desta Tabela 1 que a apresentação das taxas médias anuais de crescimento das cooperativas tem sido significativas, com algumas exceções em dois anos consecutivos da Copagril em 2000 e 2001, e em 2006 com a Cvale e a Coopavel. O que chama a atenção é a desproporcionalidade desses crescimentos. Nos anos de 2000, 2001 e 2002 houve certo crescimento com algumas disparidades, já nos anos de 2003, 2004 e 2005 elas alcançaram um grande crescimento, porém não se sustentando no ano subsequente, e posteriormente voltam a crescer novamente. Esses efeitos podem ser atrelados à vulnerabilidade do agronegócio, como fatores climáticos e situações econômicas.

No comparativo entre o total do crescimento, pode-se observar o comportamento das cooperativas visualizado no gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Taxas médias de ICC das cooperativas



Fonte: A partir de Relatórios Anuais da diretoria das cooperativas (1999 a 2008).

Na classificação geral do crescimento das cooperativas analisadas, conforme o Gráfico 1, a Cvale se apresenta com o maior crescimento dentre as demais. Ela alcançou um montante de crescimento nos últimos dez anos de 147,59%. Logo a seguir se apresenta a cooperativa LAR com um crescimento total de 139,78% para o mesmo período. Posteriormente aparece a Coopacol com taxa de 119,16% e em seguida a Copagrill com 118,86% de crescimento, e na última classificação aparece a Coopavel que obteve 67,04% de crescimento.

4.2. As Taxas Anuais de Crescimento dos Municípios (ICM)

Os indicadores selecionados para esta pesquisa como o PIB, PIB *per capita*, o montante de impostos gerados e o número de empregos, são elementos sustentáveis para as pretensões desta pesquisa.

Os parâmetros estatísticos de coleta e análises dos dados seguem os mesmos critérios utilizados para as cooperativas. Conforme se apresenta nas tabelas a seguir.

Tabela 2 – Taxas médias anuais de ICM dos municípios

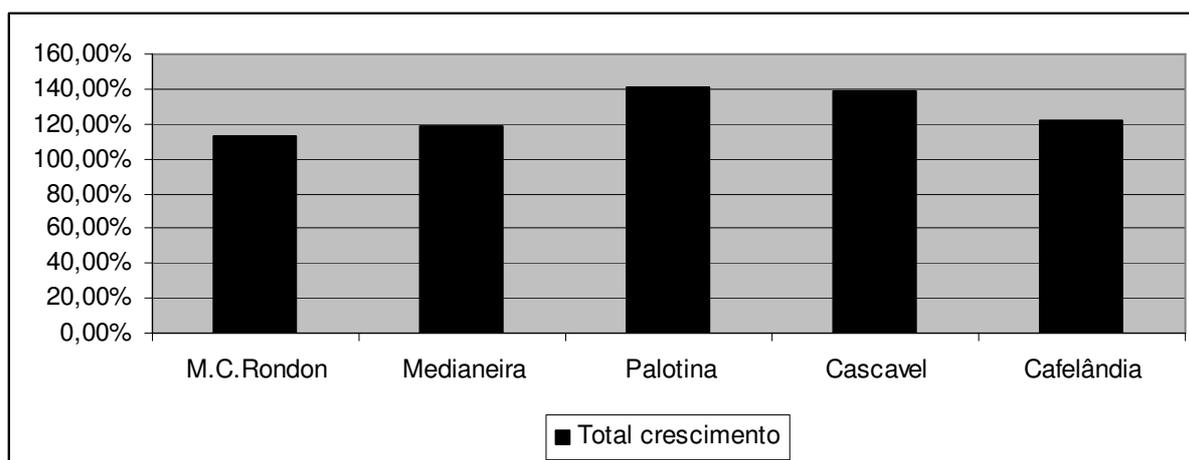
Ano	M.C. Rondon	Medianeira	Palotina	Cascavel	Cafelândia
2000	10,21%	5,48%	3,96%	1,44%	4,69%
2001	10,63%	7,99%	16,56%	11,52%	15,78%
2002	31,27%	43,91%	67,98%	60,24%	36,03%
2003	21,25%	25,87%	15,21%	13,63%	24,03%
2004	5,66%	2,76%	2,72%	5,69%	7,93%
2005	4,21%	1,86%	-2,61%	5,58%	-8,95%
2006	8,10%	9,60%	2,97%	7,39%	7,02%
2007	2,84%	10,92%	11,58%	21,86%	18,41%
2008	18,32%	10,29%	22,14%	11,07%	17,27%
Total crescimento	112,49%	118,67%	140,51%	138,41%	122,21%

Fonte: A partir de dados do IBGE (2011).

Com as taxas apresentadas na Tabela 2, observa-se que existe uma similaridade entre os números apresentados pelos cinco municípios. Talvez a explicação esteja no setor agroindustrial, que se apresenta como um fator importante nas economias desses municípios. Para eles, o crescimento é crescente do início do período analisado até o ano de 2002, após este período os municípios começam a crescer a taxas decrescentes e somente em 2006 voltam a apresentar taxas crescentes de crescimento.

No comparativo entre o total do crescimento, pode-se observar o comportamento dos municípios visualizado no gráfico a seguir:

Gráfico 2 – Taxas médias de ICM dos municípios



Fonte: A partir de dados do IBGE (2011).

Observa-se no Gráfico 2 que o município de maior destaque em crescimento dentre os cinco, é o município de Palotina, seguido de Cascavel, posteriormente por Cafelândia, Medianeira e em último lugar o município de Marechal Cândido Rondon.

A partir dos cálculos de demonstração de ICM dos municípios, passa-se a buscar a correlação dos indicadores. Para permitir uma correlação entre o índice de crescimento dos municípios - ICM, com o indicador de crescimento das cooperativas ICC.

4.2 As Correlações dos Indicadores de ICC com o ICM

Na busca de evidenciar relações entre a capacidade de gerar crescimento socioeconômico das cooperativas para seus cooperados e concomitantemente para a comunidade onde está inserida, como apregoado pelos princípios cooperativista; resta-se saber se de fato as cooperativas estudadas contribuem com o crescimento dos municípios onde estão localizadas suas sedes administrativas. Portanto, na próxima tabela, apresentam-se as taxas anuais de crescimento socioeconômico das cooperativas, com as taxas anuais do crescimento dos municípios, obtendo-se como resultado final a correlação existente entre esses dois indicadores.

Tabela 3 – As taxas médias anuais de correlação do ICC com ICM

Ano	CopaG ril	MC Rondon	Lar	Média neira	Cvale	Palotina	Coopa vel	Cascavel	Coopa col	Cafelândia
00	-1,79%	10,21%	19,31%	5,48%	7,50%	3,96%	0,85%	1,44%	1,45%	4,69%
01	-1,14%	10,63%	19,18%	7,99%	23,79%	16,56%	9,91%	11,52%	9,74%	15,78%
02	8,91%	31,27%	16,92%	43,91%	23,61%	67,98%	13,11%	60,24%	22,23%	36,03%
03	15,67%	21,25%	24,83%	25,87%	26,02%	15,21%	9,17%	13,63%	14,53%	24,03%
04	25,25%	5,66%	20,31%	2,76%	21,50%	2,72%	11,17%	5,69%	16,97%	7,93%
05	33,38%	4,21%	10,92%	1,86%	17,16%	-2,61%	2,28%	5,58%	11,96%	-8,95%
06	7,24%	8,10%	2,41%	9,60%	-3,93%	2,97%	-7,71%	7,39%	4,03%	7,02%
07	19,91%	2,84%	9,13%	10,92%	16,61%	11,58%	14,33%	21,86%	18,07%	18,41%
08	11,42%	18,32%	16,78%	10,29%	15,32%	22,14%	13,94%	11,07%	20,19%	17,27%
Correlação		-0,34		0,25		0,43		0,46		0,59

Fonte: A partir de dados dos Relatórios Anuais da diretoria das cooperativas e de dados do IBGE (1999 a 2008).

Observando-se a Tabela 3, com base nos parâmetros determinados nos procedimentos metodológicos, pode-se afirmar que a cooperativa Copagrill possui uma correlação negativa “fraca” com o município de Marechal Cândido Rondon. Indicando que se uma aumenta, a outra diminui, o que vai depender é do ano que se quer analisar.

Quando se analisa a correlação da cooperativa Lar com o município de Medianeira, observa-se que existe uma correlação positiva “fraca”. Indicando que, quando a Lar cresceu (no período analisado), o município de Medianeira cresceu fracamente por influência da Lar.

Na análise da relação cooperativa Cvale com o município de Palotina, da Coopavel com o município de Cascavel e também da Coopacol com o município de Cafelândia, observa-se que existe uma correlação positiva “moderada”, ou seja: quando as cooperativas crescem (no período analisado), os respectivos municípios também crescem moderadamente por influência das cooperativas.

Conclusão

A perspectiva de estudar as cooperativas agroindustriais da mesorregião do Oeste do Paraná como modelos de organizações institucionalizadas, que conseguem estabelecer-se, utilizando-se de todos os mecanismos de que dispõem para crescerem, apresentando desempenho capaz de facilitar o crescimento de regiões onde atuam, decorrem do fato de que elas representam a união entre as pessoas voltadas para um mesmo objetivo, uma vez segundo a teoria, através da cooperação, busca-se satisfazer as necessidades humanas e resolver os problemas comuns de uma forma mais eficiente.

Nesse sentido, fez-se no trabalho uma busca na tentativa de encontrar elementos mensuráveis que indicassem a possibilidade de quanto está sendo seu crescimento econômico e social e de sua contribuição para o crescimento dos municípios.

Já com as informações obtidas na correlação das variáveis do crescimento das cooperativas Copagrill, Lar, Cvale, Coopavel e Coopacol e do crescimento econômico dos municípios, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Palotina, Cascavel e Cafelândia, verificou-se que, de fato, existe correlação positiva, mesmo fraca da Lar com Medianeira; correlação moderada da Cvale com Palotina, da Coopavel com Cascavel e da Coopacol com Cafelândia, e correlação fraca negativa da Copagrill com o município de Marechal Cândido Rondon.

Diante do exposto e à luz das informações e de todos os dados obtidos nesta pesquisa, rejeita-se a hipótese, o crescimento das cooperativas acontece, mas três das cooperativas apresentam contribuições moderadas ao crescimento de seus municípios, as outras duas apresentam contribuições fraca ou até mesmo negativa.

A sugestão para contribuir com a cooperativa e os municípios de sua área de ação é a de que efetivem e consolidem relações democráticas, pois isto geraria maior confiança de ambas as partes, faria com que as cooperativas ganhassem mais, bem

como os municípios, proporcionando um maior crescimento e desenvolvimento econômico e melhor qualidade de vida a todos.

Finaliza-se este estudo, na certeza de que as cooperativas podem implementar programas de gestão estratégica capaz de contribuir mais com o desenvolvimento regional do agronegócio cooperativo do Oeste do Paraná, seguindo esse, importante para milhares de pessoas que dependem da continuidade e do sucesso desses empreendimentos.

Referências

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

COOPACOL – Cooperativa Agroindustrial Consolata. Cafelândia – Pr. Relatório Anual da Diretoria 1999 - 2008.

COPAGRIL – Cooperativa Agroindustrial. Marechal Cândido Rondon – Pr. Relatório Anual da Diretoria 1999 - 2008.

COOPAVEL – Cooperativa Agroindustrial. Cascavel – Pr. Relatório Anual da Diretoria 1999 – 2008.

CORRAR, Luiz João. PAULO Edison; DIAS FILHO, José Maria. **Análise Multivariada**. São Paulo: Atlas, 2007.

CVALE – Cooperativa Agroindustrial. Palotina – Pr. Relatório Anual da Diretoria 1999 – 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IBGE - Fundação Instituto Brasil de Geografia e Estatística. Censo Demográfico de 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em: 5 maio 2011.

ILHA, Paulo César. **A cooperativa como elemento de capital social da comunidade**. Revista da FAE – Centro Universitário. v. 11, n. 2, jul./dez. 2008. Curitiba, 2008.

LAR. Cooperativa Agroindustrial. Medianeira – Pr. Relatório Anual da Diretoria 1999 – 2008.

MARION, João Carlos. **Contabilidade empresarial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br>>. Acesso em: 18 maio 2011.

PINHO, Diva Benevides. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. São Paulo: CNPQ, 1982.

_____. **Concentração de cooperativas:** das fusões e incorporações ao controle acionário. Curitiba, PR: Assocepe, 1976.

SILVA, José Pereira. **Análise financeira das empresas.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SPIEGEL, Murray R. **Estatística.** Tradução e Revisão Técnica Pedro Consentino. – 3. ed. São Paulo: Makron Books, 1993. – (coleção Schaum).